Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Braga

Recomendação pela Criação de um Programa Municipal de Arrendamento Jovem Acessível

Em Braga, há jovens que terminam o curso, arranjam emprego, e mesmo assim, não conseguem pagar uma renda. Não por falta de esforço. Por falta de alternativas.

Os números são claros e preocupantes. O metro quadrado de arrendamento já ultrapassa os 10€, as rendas subiram mais de 15% num único ano, e o preço de compra de habitação mais do que triplicou entre 2018 e 2023. Braga constrói, mais de mil novos fogos licenciados por ano, mas essa construção não chega a quem mais precisa. O mercado responde à procura de quem pode pagar. Os jovens ficam de fora.

O resultado é visível no quotidiano: jovens que adiam sair de casa dos pais, que aceitam condições precárias, que partilham quartos até uma idade em que já deveriam ter a sua vida estabilizada, ou que simplesmente abandonam o concelho à procura de uma cidade onde o salário chegue para a renda. Se não agirmos, Braga torna-se uma cidade de passagem. Um lugar onde se estuda, mas não se fica. Onde se trabalha, mas não se vive. E isso não é inevitável, é uma escolha política que ainda podemos evitar fazer.

O Município tem os instrumentos. Falta usá-los. Dispomos de competências reais nesta matéria, fiscalidade, regulação, mediação, apoio à contratação. O que tem faltado é vontade de as mobilizar de forma coordenada e com um objetivo claro: criar habitação acessível para quem tem menos de 35 anos e quer construir a sua vida aqui.

Por isso, a Assembleia Municipal de Braga recomenda à Câmara Municipal a criação de um Programa Municipal de Arrendamento Jovem Acessível, uma resposta concreta, de proximidade, que mobilize o parque habitacional privado existente e o ponha ao serviço de quem mais precisa.

Assim, recomendamos:

- A criação de uma plataforma municipal que centralize a oferta de imóveis com rendas ajustadas, casas inteiras ou quartos, com critérios de habitabilidade garantidos, contratos formalizados e apoio na mediação entre proprietários e inquilinos.
- A implementação de incentivos fiscais em sede de IMI para os proprietários que pratiquem rendas 20 a 30% abaixo do mercado e apostem em contratos de média e longa duração.
- A criação de um fundo municipal de garantia que proteja os proprietários de incumprimentos e elimine o principal argumento para não aderir.
- O acesso seja regulado com transparência, para jovens até aos 35 anos, com ligação real ao concelho, seja ela profissional, académica ou residencial.

Esta recomendação não substitui políticas nacionais, articula-se com elas. Não resolve o problema da habitação em Portugal. Mas pode fazer a diferença para os jovens de Braga, aqui e agora. Uma cidade que quer crescer não pode deixar os seus jovens sem casa